

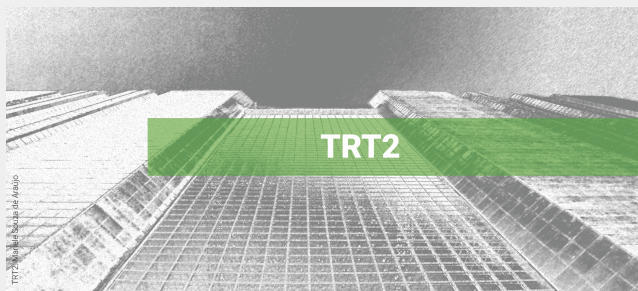
# INFORMATIVO TRT2

## Atos normativos da semana



N. 14

Período: 6 a 10 de set. 2021



### Portaria n. 47/GP, de 9 de setembro de 2021

Altera a Portaria n. 29/GP, de 30 de setembro de 2020, para adequar o horário de atendimento da Coordenadoria de Gestão Documental à Etapa 5, de retomada segura, do Plano de Retorno Gradual às Atividades Presenciais.

### Portaria n. 10/CR, de 3 de setembro de 2021

Altera a Portaria n. 3/CR, de 18 de maio de 2021 que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções relacionadas em face de Santos Futebol Clube e dá outras providências.

### Resolução n. 8/GP.CR, de 3 de setembro de 2021

Altera a Resolução n. 3/GP.CR, de 10 de setembro de 2020, que instituiu o Plano de Retorno Gradual às Atividades Presenciais, para inclusão da Etapa 5, de retomada segura, a partir de 13 de setembro de 2021.

### Portaria n. 46/GP, de 9 de setembro de 2021

Altera a Portaria n. 38/GP, de 9 de novembro de 2020 para designar novo membro na Comissão Permanente de Gestão Socioambiental, na forma que especifica.

### Provimento n. 6/CR, de 3 de setembro de 2021

Regulamenta a autoinspeção ordinária, no âmbito das unidades judiciárias de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, e dá outras providências.

### Órgãos de interesse

CNJ

Resolução n. 416/CNJ, de 10 de setembro de 2021

Decreto n. 10.789, de 8 de setembro de 2021

**Recomendação n. 106/CNJ, de 2 de setembro de 2021**

Propõe a utilização do Método Integrado de Gestão de Riscos (MIGRI), como ferramenta de segurança institucional, responsável por identificar, analisar, avaliar e orientar os tribunais no tratamento dos riscos aos quais os ativos do Poder Judiciário estão sujeitos.

Institui o Prêmio “Juízo Verde”, com o objetivo de premiar iniciativas inovadoras e incentivar o aumento de produtividade do Poder Judiciário na área ambiental.

### **Presidência da República**

**Medida Provisória n. 1.068, de 6 de setembro de 2021**

Altera a Lei n. 12.965/2014 e a Lei n. 9.610/1998, para dispor sobre o uso de redes sociais.

Dispõe sobre a atribuição e a delegação de competências ao Presidente do Banco Central do Brasil e altera o Decreto n. 71.733/1973, o Decreto n. 1.387/1995, o Decreto n. 1.590/1995, o Decreto n. 3.035/1999, o Decreto n. 3.644/2000, o Decreto n. 9.144/2017, o Decreto n. 9.739/2019, o Decreto n. 9.794/2019 e o Decreto n. 10.193/2019.

## Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272  
CEP 01302-906 - São Paulo - SP  
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal

JurisConsolidada